



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65
2012-2013

150 ANOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

ENTRE A METAMORFOSE E A ADAPTAÇÃO

DE ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS PORTUGUESES A REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1863-1896)

Ana Cristina Martins

Colaboradora do Instituto de Investigação Científica Tropical e Investigadora Integrada do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / ana.c.martins@zonmail.pt

Resumo: Em 1863, um grupo de arquitectos liderado por J. Possidónio N. da Silva (1806-1896) fundou, em Lisboa, a Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, com o objectivo primeiro de afirmar a arquitectura no país, divulgando, em simultâneo, conhecimentos históricos, artísticos e técnicos que habilitassem quantos se dedicassem, entre nós, ao seu exercício, mormente ao restauro monumental. Por isso, fundaram um boletim editado periodicamente; promoveram palestras; organizaram cursos temáticos de frequência livre; criaram o Museu Arqueológico do Carmo, resgatador de trechos arquitectónicos e de peças artísticas individualizadas deixadas à sua sorte um pouco por todo o território nacional. A experiência colhida, entretanto, pelo seu principal impulsionador e director, Possidónio da Silva, junto de diferentes redes de produção, circulação e recepção de conhecimento, adicionaram-lhe os estudos arqueológicos no início dos anos 70, transformando-o num epicentro de actividades neste domínio, ao mesmo tempo que um dos propugnadores e defensores centrais dos estudos arqueológicos no país, com as figuras principais que entre nós se votavam à investigação dos passados mais remotos dos termos das suas residências.

Palavras-chave: Possidónio da Silva, Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, Museu Arqueológico do Carmo, Arqueologia em Portugal, Portugal Oitocentista.

Abstract: In 1863, a group of architects led by J. Possidónio N. da Silva (1806-1896) founded in Lisbon, the Associação dos Arquitectos Civis Portugueses (Portuguese Association of Civil Architects), with the primary objective of affirming architecture in the country, spreading simultaneously historical, artistic and technical knowledge which might qualify those encouraged among us to its exercise, especially the monumental restoration. Therefore, founded a newsletter published periodically; promoted lectures, organized thematic courses free rate; created the Museu Arqueológico do Carmo (Carmo Archaeological Museum), rescuer of architectural stretches and individualized artistic pieces left to fend for themselves all over the country. The experience, however, obtained by its director, Possidónio da Silva, within several networks of production, circulation and reception of knowledge, added to it the archaeological studies in the early '70s, making it an epicenter of activity in this domain, while one of the central defenders and proponents of archaeological studies in the country, gathering the main figures who among us devoted to investigate the most remote past of their own regions.

Keywords: Possidónio da Silva, Associação dos Arquitectos Civis Portugueses (Portuguese Association of Civil Architects), Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (Portuguese Royal Association of Civil Architects and Archaeologists), Museu Arqueológico do Carmo (Carmo Archaeological Museum), Archaeology in Portugal, 19th century Portugal.

“Cada coisa a seu tempo tem seu tempo.
Não florescem no inverno os arvoredos,
Nem pela primavera
Têm branco frio nos campos.”

(Pessoa, 2010: 107)

1. ARQUITECTURA, A PRIMEIRA PROTAGONISTA

A 22 de Novembro de 1863, tomou-se uma decisão singular em Portugal. Pela primeira vez, um grupo de professores de arquitectura da Academia Real das Belas-Artes de Lisboa e da Repartição ministerial de Obras Públicas¹, liderado por Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), criava a Associação dos Arquitectos Civis Portugueses (AACP), constituída por alvará de 1864.

Objectivo? Pugnar pelo reconhecimento do exercício arquitectónico num país onde ainda imperava a engenharia, sobretudo a militar. Não que esta fosse dispensável. Pelo contrário, o saber acumulado ao longo de séculos quanto a edificações militares era amplamente reconhecido. Os problemas colocavam-se, isso sim, quando assumia adaptações de espaços a novos paradigmas Oitocentistas.

Despojados de conhecimentos estéticos fundamentais a intervenções congêneres, a generalidade dos engenheiros militares portugueses aplicava a sua muita experiência sem atender, contudo, às particularidades compósitas e decorativas de produções pensadas, talhadas e fruídas num determinado tempo e espaço. Contextos que urgia respeitar, sob pena de se perder o sentido subjacente às fábricas primevas, (con)fundindo estilos e, por conseguinte, épocas e respectivos movimentos artísticos assentes em mundividências específicas, sem os quais se tornariam atemporais, transformando-se em não-lugares. Atentos ao muito feito nesta matéria além-fronteiras, alguns destes engenheiros admitiam a

relevância de obter conhecimentos concretos em História da Arte, em geral, e da Arquitectura, em particular, que os habilitasse a intervir em construções de tempos idos. Até porque os exemplos começavam a avultar, força da agenda liberal, ao impor-se reutilizações de edifícios antigos para novas premências de uma sociedade pretendida neo-iluminista. Se a maior porção capturava esta urgência ao mergulhar em leituras geradas, neste domínio, nas principais capitais europeias, outra houve que a contactou de forma directa. Nomeadamente, nos longos anos de exílio forçado pelas lutas fratricidas no nosso território, mas também por ocasião de busca de novos repertórios académicos, mais consentâneos a aspirações individuais orfanadas num Portugal demasiado atávico para acolher novos olhares sobre o mundo e o seu passado. As vozes principiaram, então, a ecoar, caindo, porém, no desapego institucional obstinado em não compreender a relevância do assunto, sem cotejá-lo a modelos coetâneos transfronteiriços. Axiomas, ademais, teorizados por quem já detinha um longo histórico na conservação e restauro monumental, alicerçando práticas transversais a boa parte de uma Europa em remodelação político-económico-social sustida em novo corpo cultural e mental. Neste, a arquitectura ocupava sobeja centralidade, ao buscar elementos primevos por entre reedificações, reapropriações e sonegações, reinventando gramáticas transactas e moldando-as a revivalismos essenciais a identidades ocidentais padronizadas pela via-férrea e pelo código napoleónico.

Frequentando salões, museus, academias e lugares de trânsito, enquanto absorvia bibliografia diversificada e clamante de modernidade, a nossa intelectualidade viajante registava o quanto se elaborava em termos arquitectónicos. Mormente em França. Concretamente, em Paris. A *cidade das luzes* oferecia autênticos compêndios visuais da arte de bem construir, ao mesmo tempo que derramava o seu saber eclético sobre gentes magnetizadas pelo progresso consumado pela vontade humana. Deambulando pelas artérias principais da capital francesa, apercebiam-se das mutações edificado-

¹ João Pires da Fonte, José da Costa Sequeira (1800-1872), Feliciano de Sousa Correia (1793-1876), Manuel José de Oliveira Cruz, Paulo José Ferreira da Costa, Veríssimo José da Costa e Valentim José Correia (1822-1900).

ras para gáudio de agendas dominantes e deleite de transeuntes que nelas viam o facho do futuro a iluminar-lhes existências (agora) mais dependentes da ciência e da tecnologia. Renovação nem sempre aceite de modo acrítico, pacífico e consensual, antes suscitando alarmes e alardes, em nome da preservação da antiguidade identificadora de um presumido ser, estar e fazer alheio a demais recantos, neles imaginando e revendo páginas de uma história confortável, porquanto única, admirável e própria dos seus anais mais (entre)sonhados.

Derrubando bairros medievais, quantas vezes levantados sobre escombros clássicos, a contemporaneidade soerguia-se arrogantemente, enclausurando imagéticas plenas de simbolismo gritante na pedra afeiçoada por mãos tementes a *Deus*, porém trementes de fantasia libertária. Restaurando estilisticamente, os arquitectos franceses fizeram escola na Europa, destituindo edifícios antigos de apontamentos subseqüentes à sua fábrica primordial, de modo a reflorescer a traça primitiva, sem atender a vivências espelhadas em acrescentos decorrentes de novos padrões, estilos, vontades e ambições. Tudo, em contraponto a uma Inglaterra onde a fidalguia rural se opunha ao esventrar paisagístico e social de locomotivas e indústrias, reclamando a manutenção de estares e fazeres pretéritos para satisfazer um equilíbrio que ditavam e preservavam, sob pena de perder, para sempre, a centralidade fruída desde tempos imorredouros. Mas, a avidez racionalista parisiense acrescentou algo de profundamente inovador e essencial a um exercício pretendido (quase) científico. Com efeito, a necessidade de depurar estruturas passadas selecionadas, em determinados contextos, como ícones nacionais, exigiu um conhecimento detalhado dos sucessivos movimentos artísticos. Assim se elencaram, com exaustividade, estilos arquitectónicos, gramáticas decorativas e signos, de modo a devolver-lhes o que acreditavam ser a unidade de estilo consentânea a um espaço e a um tempo próprios, sem adulterações ulteriores. Escrutinaram-se arquivos, escavaram-se imediações, imprimiram-se manuais, palestrou-se e teorizou-se, definindo critérios pre-

cisos de restauro. Enquanto isso, a Inglaterra pugnavia pela ruína enquanto símbolo maior da finitude relembável a cada ser humano deslumbrado com protagonismos e vanglórias efémeras, até que o secular saber italiano equilibraria forças, descerrando novo caminho feito de compromissos científicos.

Regressados a Portugal, exilados e académicos enfrentaram uma resistência endémica a procedimentos modernos, mesmo que o devir do país impusesse um progresso celerado, sem o qual não cingiria, em pleno, a contemporaneidade exigível no tabuleiro político-económico europeu. Animados com saberes acrescentados em cidades longínquas das serras portuguesas, levantaram brados a favor dos monumentos, enquanto testemunhos de páginas a ressalvar para reencontros identitários.

J. Possidónio N. da Silva foi um deles. Mormente, quanto à necessidade de transmitir conhecimentos fundamentais a restauros de edifícios antigos para evitar destruições e anacronismos incompreensíveis num tempo em que fervilhavam práticas abraçadas pela *Commission des Monuments Historiques* (1837), verdadeiro protótipo de actuação interdisciplinar neste domínio. Os protestos, contudo, não transpuseram as páginas de jornais lidos por um escol incapaz de sensibilizar agentes políticos para um assunto ditado (ainda) por engenheiros, maioritariamente militares. Urgindo ultrapassar este impasse inglorioso para o país; descontentes com a falta de reconhecimento do exercício arquitectónico entre nós; sabedores de rotinas estrangeiras implementáveis neste quadro; detendo o saber essencial à execução de actividades tendentes a ultrapassar este indesejável *status quo*; inserindo-se em redes pessoais basilares à implementação de projectos na área, alguns inconformados reuniram-se, decidindo fundar a AACP.

Foi uma autêntica inovação, ao mesmo tempo que um acto de coragem. Inovador e corajoso, mas não precursor e único. Havia, na verdade, uma série de eventos precedentes a justificá-lo. A começar pelo conhecimento, mesmo que parcelar, de P. da Silva acerca dos monumentos portugueses, reunido desde, pelo menos, os anos 40, como revelou

em desenho de objecto romano por identificar. Iniciativa prosseguida no final do decénio seguinte, ao percorrer o território em demanda de estruturas particularizadoras da nossa História, fazendo-se, para tal, acompanhar de equipamento fotográfico, numa atitude singular no tocante ao estudo monumental. Conseguiu-o, graças ao apoio do Ministério do Reino, onde detinha forte ascendente, pela sua condição de fidalgo e de arquitecto da Casa Real. Um labor pioneiro, bebido, certamente, nos múltiplos exemplos franceses que interiorizara, traduzido em publicação, de grande formato, onde associou imagem a uma breve memória descritiva do observado. Diligência bem aceite nos círculos mais conservadores da monarquia constitucionalista. Não colheu, porém, o desejado efeito imediato, ou seja, a institucionalização da salvaguarda monumental no país, à semelhança do registado nas mais esclarecidas capitais europeias. Razões? Múltiplas; embora a (aparente) prescindibilidade do passado, para justificar o presente, não fosse de somenos, mesmo que o número de defensores das novas práticas dilatasse e se multiplicassem os libelos que lhe eram favoráveis. Especialmente, em quadrantes municipais do interior, mais propensos a realçar as suas ancestralidades. Mas, os projectos regionais tinham de ser bem escorados para contraditar o ocorrido com a Sociedade Arqueológica Lusitana (SAL) (1849), sucumbida por desinteresse político local, populações pouco ou nada elucidadas na matéria, reduzido número de membros, excessiva distância do epicentro decisório nacional, prematuro eclipse mecenático e demasiada restrição geográfica e temática do projecto.

Entretanto, gizara-se, na capital portuguesa, uma sociedade promotora da preservação monumental, a estabelecer no convento do Carmo e não nas ruínas da igreja do Carmo, onde a AACP se instalaria em breve, transmudando-as na sua sede para as resgatar e rememorar momentos salientes do pretérito português, ao conceder-lhes novo valor de uso.

Conquanto diminuto, havia, por conseguinte, um histórico suficiente para tornar avisados os mentores do projecto de salvaguarda patrimonial mais

duradouro do nosso país, cuja pertinência e eficácia têm justificado a sua sobrevivência, atravessando, (quase) incólume, algumas das maiores turbulências políticas, económicas e sociais que o país viveu. Estoicidade decorrente da vontade inabalável dos seus dirigentes, cimentada pela coesão interna, em nome do futuro composto de um presente fundeado no passado. Continuidade incomparável, quando confrontada a demais organismos, incluindo estatais, obtida com a solidez do plano inicial, adaptado, com sabedoria, aos diferentes contextos internos e às exigências epistémicas das disciplinas que cingia. Foi o que sucedeu, pouco depois, com a arqueologia, ao mesmo tempo que aprofundava os propósitos preambleares e engrandecia o espaço museológico transfigurado, rapidamente, em academia informal de divulgação de conhecimentos.

2. MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO, DE REFÚGIO DE MEMÓRIAS A ESPAÇO DE CIÊNCIA

Oficializando-se, a AACP iniciou um programa de divulgação de noções de construção e de arquitectura civil junto de profissionais relacionados, directa e indirectamente, com a edificação, em geral, e o restauro monumental, em particular. Plano esse que foi vertido em cursos livres, colecção de amostras pétreas, maquetas representativas de estilos arquitectónicos e no seu *Arquivo de Arquitectura Civil* (AAC) (1865-1867).

Mimetizando testemunhos congéneres emergidos numa Europa varrida pelo ímpeto napoleónico, anseios constitucionais e voracidades industriais, o Museu Arqueológico do Carmo (MAC) surgiu no ano seguinte (1864) para recuperar património degradado pelas tropas francesas e inglesas e ameaçado com a extinção das Ordens Religiosas (1834), incúria, desinteresse e desconhecimento relativo aos seus valores intrínsecos. A começar por Lisboa, tal como se procedera em Paris e noutras cidades francesas com maior repositório cultural, apetites protagonistas, proximidade inglesa e ascendentes teóricos normandos, congregando, no seu seio,

remanescências de episódios marcantes (independentemente do critério) da história lisboeta e, (quase) por inerência, portuguesa. Foi, assim, que a AACP decidiu recuperar vestígios desprotegidos de glórias pretéritas, iniciando um museu de *antiguidades pertencentes á architectura*. Designação, por demais, expressiva das (ainda) prevaletentes abordagens estéticas positivistas. Designadamente, quanto às “antiguidades” reportáveis, em exclusivo, a memórias edificadas e a momentos pós-clássicos.

Decorridos, todavia, escassos dois anos, esta tendência alterou-se, provavelmente pela evolução dos estudos arqueológicos portugueses e ampliação do próprio conceito de “antiguidade”.

Apoiando-se em exemplos estrangeiros, a AACP apreendeu a importância da investigação arqueológica para melhor entender o passado do território, concorrendo para legitimar a geografia política portuguesa e argumentar fronteiras há muito esboçadas no mapa europeu. Daí, que os sócios se empenhassem para que o país concedesse igual relevância aos objectos artísticos. Ao (parecer) permutar o intento de fundar um museu de antiguidades de arquitectura por um museu arqueológico, a AACP demonstrava actualização científica, sobretudo no referente aos estudos arqueológicos adensados pelo (re) conhecimento científico da Pré-história, em pleno *annus mirabilis* (1859) contemporâneo do pensamento darwiniano. Não se ignoravam, ademais, importantes descobertas e discussões assinaladas nos principais meios científicos da época, soáveis em eventos de impacte internacional, como na primeira Exposição Universal (Londres, 1851). Certame modelar visitado, atentamente, por notabilidades da envergadura do futuro D. Pedro V (1837-1861), enquanto novo palco de rivalidades nacionais, transpostas, agora, para cenários liderados por outros protagonistas, até que a Guerra da Crimeia (1853-1856) reavivaria conflitos e procederes seculares. Enquanto isso, Portugal submergia em prioridades extra-culturais, embora se reconhecesse a carência restauradora de monumentos históricos e artísticos, numa era parlamentar que exigia actuação régia na unidade interna.

Fundando um museu arqueológico para promover o desenvolvimento do *esplendor da arte*, a AACP assumia, mesmo que inconscientemente, a arqueologia como auxiliar de um estudo mais amplo, cultivado, preferencialmente, por arquitectos, engenheiros e estetas. Entretanto, alargava o campo geográfico de actuação, para lá das malhas lisboetas, em busca de trechos arquitectónicos e do que se encontrasse à sua própria sorte, socorrendo-se, para tal, de uma rede de sócios-correspondentes e outros colaboradores que foi tecendo sabiamente. Soube, assim, consolidar um projecto congregador de entidades públicas e privadas, individuais e colectivas que a apoiaram de modo incessante, ao mesmo tempo que fazia valer os seus capitais sociais e políticos para substanciar compromissos. Mormente, quando, de um modo geral, o país estava imprevisto para entender, aceitar e auxiliar uma iniciativa congénere. Urgia, pois, sensibilizar decisores neste âmbito, realçando a valência económica de monumentos e museus, face ao crescente movimento turístico da segunda metade de oitocentos. Por isso, também, a estratégia contemplou, desde o começo, a captação de nomes salientes da sociedade portuguesa, assim como de estrangeiros-referência nas suas áreas de actuação, enfileirando representantes de grandes Casas, com o beneplácito real. Evitava-se, assim, desmoronar o propósito que a animara de início.

Por conseguinte, o museu surgia num clima exigente e renovador, traduzido na *Questão Coimbrã* (= *Bom Senso e Bom Gosto*), no Partido Reformista e na Exposição Internacional do Porto (1865). Foi, então, que a AACP procedeu à sua primeira reforma, decorridos três anos de labor, actualizando a biblioteca, incentivando os estudos históricos e aumentando o MAC, assumido como arqueológico, embora (ainda) baseado no classicismo. Ao invés, porém, da maioria das colecções privadas pré-iluministas, este tipo de museus introduzia, lentamente, arquétipos enciclopedistas essenciais ao ideário liberal, principalmente quando os meios costumados de propaganda de poder se desgastavam em demasia. Por isso, também, estes novos espaços da contemporaneida-

de ocidental permitiam incrementar a nova mundividência, (re)instruindo as jovens gerações, de modo a perpetuar o poder instituído.

Laicizando e resgatando a igreja do convento do Carmo, cedida pelo Estado para nela se instalar e mover actividades conectadas ao seu propósito geral, a AACP obtinha uma centralidade lisboeta revestida de profundíssima carga histórico-simbólica, perpetuando um lugar de trânsito do Chiado. Adaptando o seu interior a função museológica, a AACP recuperava, mesmo que inscientemente, metáforas e rituais religiosos. Mas, havia que adequá-lo ao novo valor, esboçando-se uma estrutura férrea e vítrea de maior polivalência utilitária que nunca se levantou, mau grado os sucessivos esforços envidados nesse sentido. Enfrentando a impossibilidade de converter, com dignidade, as ruínas à sua mais recente multifuncionalidade, a AACP apelou ao altruísmo dos seus sócios, colaboradores e simpatizantes para encerrar as capelas absidais, de modo a garantir a quotidianidade das suas acções. Foi, então, possível reunir periodicamente, discutindo assuntos de diversidade patrimonial, descerrar a biblioteca especializada aos consócios, organizar palestras e cursos livres sobre temário arquitectónico e evocações do passado, resguardar e dispor o seu ecléctico acervo num museu, inicialmente de salvados. Missão que nunca deixou, por completo, os seus horizontes, funcionando, sempre, como refúgio de património desapreciado, a exemplo dos brasões, por ocasião do decreto finissecular tributando quem os ostentasse.

Entretanto, o cumular de materiais de díspares categorias e tipologias, por um lado, e as exigências museográficas bebidas além-fronteiras por destacados membros da AACP, por outro, instaram ao reagrupamento cronológico, cultural e geográfico das suas peças, à publicação de catálogo (1876, 1891), contratação de guarda, abertura de livro de visitas e definição de horário público. Garantia-se, deste modo, a sua inserção em guias oficiosos de intelectuais, cientistas e simples curiosos, ávidos de conhecimentos e novidades. Interesse acrescido pelo avultar de representações culturais, tão aparta-

das, quanto procuradas, como cópias ofertadas de baixos-relevos de templos egípcios. Ainda assim, os condicionalismos físicos das preexistências estruturais impediram uma exposição dos objectos da forma como, certamente, aspiravam os seus principais mentores, acabando por se confundir com um ultrapassado gabinete de curiosidades reprovado coetaneamente. Uma atmosfera que o distinguiria entre demais espaços museológicos portugueses, possibilitando-lhe assumir-se como museu de uma determinada Europa *fin de siècle*. Fosse pelo romantismo tardio sobrevivendo nas artérias centrais de Lisboa, curiosidade pelos seus conteúdos ou, ainda, inexistência de um museu similar, até à abertura do Museu de Belas-Artes e Arqueologia (MBAA) (1884), o MAC foi procurado por lisboetas e não lisboetas, por ambos os géneros, várias faixas etárias, diferentes estratos sociais e proveniências geográficas, além de avultarem estrangeiros e aumentarem as visitas escolares, evidenciando quanto complementava ensinamentos adquiridos em contexto de aula.

O MAC era, por fim, uma realidade. Certeza beneficiada por recursos basilares à sua existência, a exemplo de visitas guiadas asseguradas pelo próprio presidente associativo, P. da Silva, e robustecida com a criação da figura do conservador, desempenhada por renomes da causa patrimonial. Assim se caminhava para equipará-lo a espaços semelhantes transfronteiriços, apregoados por entre páginas de jornais, revistas e guias de viagem, quando não em reuniões académicas, motivando comentários, mais ou menos, proveitosos e abonatórios. Mas, de igual modo, jocosos. Designadamente, ao destacarem-lhe um certo bricabraque, quantas vezes alimentado por objectos de pouco interesse, mas brindados por quem aspirava associar-se-lhe para afirmação social, numa tendência registada um pouco por toda a ocidentalidade contemporânea. Mais importante do que isso, o MAC assimilou, também desta forma, uma prática inerente à existência de espaços homólogos. Referimo-nos à sua utilização como ritual de passagem de novos protagonistas sociais que divisavam na cultura um intermeio crucial aos seus desejos, num decalque, adaptado,

de condutas distantes, quando a burguesia busca o poder através de esteticismos proporcionados pelas suas fortunas mais recentes.

Mas, o MAC engrandeceu e enraizou nos anos 70, após o regresso de P. da Silva à presidência da AACP, imbuído de experiências colhidas fora de Portugal que transformaram ou, melhor, actualizaram a sua visão sobre a importância do estudo do passado e preservação dos seus indícios.

3. ARQUEOLOGIA, A NOVA PROMOTORA

Em 1871, P. da Silva reassumia os destinos da AACP. O longo interregno gerara-se pelo cumprimento de tarefas inerentes à sua condição de arquitecto da Casa Real e viagens por outros países, participando em eventos importantes para a sua profissão, absorvendo saberes incorporados em múltiplos títulos da sua biblioteca pessoal.

Foi o que ocorreu em 1867, por ocasião da 2.^a Exposição Universal na *cidade das Luzes*. Conhecido, também, por Exposição Universal de Arte e Indústria, este certame descerrou no Campo de Marte, na colina do *Trocadéro*, entre 1 de Abril e 3 de Novembro. Almejada por Napoleão III (1808-1873) para aclamar o Segundo Império Francês (1851-1870) e suavizar o desagrado estrangeiro para com a sua política externa, demasiado agressiva e aventureira, a Exposição assumiu contornos propagandísticos de uma agenda inspirada em originalidades comerciais e industriais. Mais do que isso, assumiu-se como um hino à modernidade, executado pelo “artista-demolidor”, Barão Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), reformador da urbe parisiense, ao substituir bairros medievais por uma capital resplandecente e animada em espaçosas vias e lugares de socialização.

Atraído a Paris inúmeras representações nacionais, a Exposição proporcionou, aos seus nove milhões de visitantes, a oportunidade de se deleitarem com recentes descobertas científicas e inovações tecnológicas, maravilhando-se com obras de arte e artes decorativas de vários recessos mundiais diferenciados nas suas manifestações culturais. Enquanto

isso, alguns pavilhões introduziam-nos a culturas do Extremo Oriente, desvendando-lhes materialidades (re)descobertas por arqueólogos em solo da antiga Mesopotâmia, e nutrindo-lhes, em simultâneo, o interesse crescente pelas antiguidade egípcias. No meio de tantas e tão estonteantes, quanto invulgares e inesperadas, singularidades, algo assomava que, não sendo novo, reiterava uma realidade (ainda) de difícil aceitação popular, mormente dos mais próximos a dogmas religiosos. Foi, justamente, na *Galerie de l'histoire du travail* que o grupo dominante de pré-historiadores e antropólogos franceses apresentou, pela primeira vez a uma assistência tão vasta e diversificada, a existência da pré-historicidade, anunciada, formalmente, oito anos antes. Consubstanciado no postulado evolucionista associado ao princípio da selecção natural, o devir humano era comprovado, não pela acção divina, mas pelas suas capacidades inatas, rumo a um futuro melhor, verificáveis nos artefactos expostos resultantes do seu génio e vontade de adequar o mundo às suas exigências e comodidades. Também por isto, a Exposição parisiense revestiu-se de cunho neo-iluminista, exigido pela actualidade, rasgando caminho ao domínio científico-tecnológico.

Como milhares de outras pessoas, P. da Silva teve, por conseguinte, ocasião de visionar o que de melhor cada país procurava demonstrar nesta autêntica *feira das vaidades* e campo de batalha (= Marte) oficioso entre avidezes imperiais europeias. O que de superior se expunha não se resumia, contudo, aos alcances industriais e comerciais. Ao invés, engrossava a premência de liderar o pensamento, controlando o saber sobre diferentes ancestralidades para estruturar o presente e moldar o futuro. Entende-se, assim, melhor o furor suscitado por pavilhões, como o egípcio, observados, atentamente, por representantes de Casas Reais europeias, aferindo-se as suas localizações estratégicas. Entretanto, diferentes comunidades científicas reuniam, aproveitando o momento e o mote da Exposição, centralizado nas ideias de progresso e paz (periclitante, como se confirmaria dentro em pouco). De entre os inúmeros encontros sucedidos, constou o Congres-

so Internacional de Arquitectos, participado por P. da Silva, revendo conhecimentos, nomeadamente quanto a práticas de salvaguarda monumental.

Mas, P. da Silva não ignorou a expressão maior dos estudos arqueológicos na afirmação cultural dos países que os financiavam, nem o papel da investigação pré-histórica em processos identitários. Por isso, não foi indiferente à 2.ª sessão do *Congrès international d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques* (CIAAP), nem à inauguração do *Musée des Antiquités* (posteriormente, *Nationales*). Duas iniciativas que, à semelhança da própria Exposição Universal, traziam maior notoriedade aos círculos franceses, consolidando a política parisiense na esfera ocidental e para lá desta, numa tentativa de sufocar esforços de liderança prussiana espelhados (também) no domínio científico-cultural. Além disso, subjazia-lhes o anticlericalismo e ateísmo francês, negador da religiosidade congénita, num agendamento transcrito na primeira revista consagrada aos estudos pré-históricos, sintomaticamente intitulada *Matériaux pour l'histoire positive et philosophique de l'homme* (1864). Lançada após o encontro predecessor do 2.º CIAAP – *Congrès paléolithologique international* (Sapienza, Itália, 1864) –, esta publicação transformou-se num instrumento nuclear para moldar teorias arqueológicas, obscurecendo quem não figurasse nos seus números.

Assim se levantava o pano de sobre os mistérios quaternários. Mais do que isso, os estudos pré-históricos diferenciavam-se dos clássicos ao desvendarem comunidades, saberes e estares, indivíduos, conviventes na dissemelhança, e basilares a territórios próximos do precipício desagregador ou (re)unificador de Oitocentos.

Regressado a Lisboa, imbuído de novos horizontes de actuação, P. da Silva, então com 61 anos de idade, gizou novo plano para a AACP, formalizado na sua redenominação: Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (14 de Novembro de 1872) (RAACAP). Prestigiando-a com a protecção real, P. da Silva acrescentou-lhe a valência científica que a notabilizou até hoje, transmudando-a na mais antiga, activa e modelar sociedade erudita portu-

guesa de salvaguarda patrimonial. Não significa, no entanto, que apenas P. da Silva reconhecesse a necessidade de desenvolver, de modo holístico, a investigação arqueológica entre nós, até porque ela já existia, embora esparsamente e desarraigada de um projecto concreto, incluindo associativo. Ademais, P. da Silva interessara-se, desde cedo, por temáticas arqueológicas, conquanto na sua vertente clássica, como espectável de um arquitecto formado nos melhores ateliês e academias franceses, envolvidos pelo esplendor clássico e renascentista italiano. Daí que, por exemplo, a Secção de Arqueologia (1874) fosse inscrita na Classe de Literatura, Belas Letras e Artes do Instituto de Coimbra (IC) (1851). Além disso, o *Arquivo de Arquitectura Civil* subintitulava-se *Jornal dos Arquitectos Portugueses e Arqueólogos*, não sendo, pois, inesperada a união dos últimos à AACP. Daí, também, que o interesse do seu presidente se focasse em estruturas e património integrado, realçando testemunhos clássicos e seguindo actividades da SAL que pretendeu retomar no contexto da RAACAP, ao mesmo tempo que colaborava com o (também) efémero Real Instituto Arqueológico de Portugal (1868), proponente de uma Direcção-Geral de Artes e Arqueologia.

Na verdade, é possível que os contratempos destas instituições motivassem P. da Silva a incluir a investigação arqueológica na (ainda) AACP, suficientemente enraizada para garantir a execução de mais esta causa, solidificando-a política, económica e socialmente. Além do mais, tinha, no IC, um protótipo de como sobreviver na adversidade, constituindo uma Secção de Arqueologia com museu. Provável, de igual modo, que a decisão coincidissem com algum desconforto de P. da Silva por não integrar a docência na Academia Real de Belas-Artes (1836, 1862). Situação incómoda para os seus desideratos indizíveis, apesar de amizades profundas que ali detinha, mormente na presidência. Mais do que isso, a Academia abria a Galeria Nacional de Pintura (1868), génese do MBAA a ocasionar pela Exposição Internacional de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola (1882), à qual concorreria a RAACAP.

Interessante, porém, que, quer por este exem-

plo, bastos testemunhos europeus, visionamentos no estrangeiro, influência da mulher ou apoio e sensibilidade do pai, D. Luís I (1838-1889) inaugurara, logo no ano seguinte (1869), a Galeria de Pintura na ala Norte do Palácio da Ajuda, num momento em que o país se agitava com a crise monárquica espanhola. Encerrava, todavia, seis anos volvidos, num facto insólito quando confrontado com testemunhos extranacionais, onde a curiosidade e a procura de ilustração desdobravam iniciativas análogas. Mais incompreensível se torna, ao relembrarmos a antecedência do “museu de antiguidades” instalado, dois anos antes, no mesmo espaço palaciano, composto, na sua essência, de colecções de numismática e ourivesaria. Amante das artes e cultor das letras, atento escrutinador do passado, observador enlevado das novidades finisseculares, esteta por natureza e vocação, D. Luís I não terá hesitado em aceitar o repto de P. da Silva para que protegesse a AACP. Sobretudo, tratando-se de sociedade erudita presidida por quem soubera traduzir, na perfeição, o gosto e as exigências decorativas da sua rainha para o Palácio da Ajuda.

Sem dúvida, a viragem da década de 70 foi crucial. Nomeadamente, para a Europa, de um modo genérico, com a implementação da ideologia imperial germinada no nacionalismo mais conservador de uma ascendente burguesia económica e financeira, após derrota da última revolução romântica, a Comuna de 1871. Crucial, também, para Portugal, com o *Fontismo* e a *Geração de Coimbra* (= de 70), embrionária dos *Vencidos da Vida*, mas também para a arqueologia, em geral, e a AACP, em particular. Com efeito, o entusiasmo de P. da Silva pela investigação pré-histórica fê-lo contactar insignes especialistas europeus, adquirindo e sorvendo a bibliografia mais recente, ao mesmo tempo que participava na 3.ª sessão do CIAAP organizada, dessa feita, na cidade de Bolonha (1871), devido à guerra franco-prussiana (1870-1871). Aqui, assistiu ao aprofundar de discussões cronológicas e metodológicas relativas a sítios paleolíticos, habitações lacustres e à transição entre as Idades do Bronze e do Ferro. Compenetrou-se, de igual modo, da importância

das particularidades antropométricas na definição da origem e expansão de culturas materiais, segundo o princípio evolucionista, embora o darwinismo ingressasse, de modo genérico, tardiamente no academismo português. Compreendeu, de igual maneira, a supremacia francesa (também) neste quadrante, cotejada ao imperialismo económico e financeiro que a sustentava.

A arqueologia caminhava, pois, para a sua “idade de ouro”, ao metodizar-se para afirmação plena da sua cientificidade, exigida perante a multitude de reclamações identitárias e nacionalistas alimentadas por rivalidades seculares e reavivadas, ultimamente, para redefinir fronteiriças, reinterpretar proveniências e legitimar pretensões coloniais. Mais. O espírito aventureiro, a ambição de se timbrar na História e o querer igualar feitos coevos, conduziu abastados burgueses à descoberta de locais aludidos em fontes clássicas e na *Bíblia*, fortalecendo a procura do exotismo, como que em demanda da pureza de tempos idos corrompidos por avidezas desmedidas e funestas para o bem comum.

Portugal não ficou incólume a este movimento, conquanto não dependesse de dados arqueológicos para se (re)afirmar perante si e restantes territórios. Até porque, muito antes destes acontecimentos, o (reduzido) país letrado acompanhava estas novidades pelos principais periódicos nacionais. Além disso, fora criada a Comissão Geológica de Portugal (1857), sucedânea da 1.ª Comissão Geológica (1848) e reorganizada em Secção da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino (1869), até ser substituída por uma Comissão dos Trabalhos Geológicos do Reino (1886). Consequentes da industrialização obrigatória no vórtice competitivo em que entrara com demais realidades europeias, estes organismos (re)descobriam o território, tornando as suas figuras de proa em pioneiros dos estudos pré-históricos portugueses, revestidos de base científica ao aliarem Geologia, Paleontologia e Antropologia Física.

Todo este contexto fomentou a propensão inicial de P. da Silva para associar a prática arqueol-

lógica, nomeadamente na vertente pré-histórica, à AACP, criando um espaço próprio para a sua divulgação e um meio mais de prestigiar o organismo que concebera, ao mesmo tempo que oficiava preladado a promover o ensino da arquitectura religiosa nos seminários, publicava o *Resumo elementar de arqueologia cristã* (1887) e ofertava exemplares do *Boletim* a bibliotecas municipais.

Cumulando capitais sociais e inscrevendo-se em redes de circulação de saber individuais e colectivas fundamentais para suportar, internamente, o projecto inicial, P. da Silva robustecia o seu papel no domínio da salvaguarda patrimonial, intermediando contactos pessoais em eventos da envergadura da Exposição Universal de Viena (1873), onde a urgência dos inventários monumentais foi salientado amiúde. Os anos 70 metamorfoseavam-se, assim, num decénio assaz profícuo em termos arqueológicos, tanto na Europa, quanto em Portugal, sendo a RAACAP medalhada, com bronze, na Exposição Internacional de Filadélfia (1876). Exemplo disso mesmo, a exploração continuada e metódica da citânia de Briteiros, justificando a sua visita (1876) pelos principais cultores da arqueologia no país, participando naquele que podia ser considerado como o I Congresso Nacional de Arqueologia, em Guimarães.

Neste entretanto, o AAC dava lugar ao *Boletim de Arquitectura e Arqueologia* (1874-1876; 1877-1909), em consonância à remodelação associativa, quase em simultâneo com a obra de P. da Silva *Noções Elementares de Arqueologia* (1878), no mesmo ano em que o tema terciário era levado à Exposição Universal de Paris, após apresentação no 4.º CIAAP (Bruxelas, 1872). O incremento da arqueologia na RAACAP não contemplou, apenas, publicações. Ao contrário, os consócios mais activos empenhavam-se em avolumar o MAC e a biblioteca especializada, assim como em promover palestras e cursos a par, evidentemente, da entrega de contributos para os números do seu órgão escrito, já de referência no meio editorial português e em cujas páginas encontravam diversificadas notícias sobre eventos e personalidades internacionais nos quadros arquitectónico, artístico e arqueológico.

Mas, e quanto a trabalho de campo? Que faziam os associados, além de reunir e discutir assuntos fundamentais ao dia-a-dia da AACP/RAACAP? Bastante. Desde logo, o inventário de edifícios históricos e artísticos da cidade de Lisboa, por forma a alertar as entidades competentes para a urgência da sua preservação. Depois, a identificação, por sócios-correspondentes, do património em risco situado um pouco por todo o território. Seguidamente, o apoio a vontades locais e regionais de organizar sociedades eruditas, campanhas patrimoniais, espaços museológicos e escavações arqueológicas. Por fim, nas pressões pessoais conduzidas nos extensos corredores ministeriais, parlamentares e municipais, para que o passado fosse incorporado, pedagogicamente, no presente, a fim de preparar o futuro. Nestas diligências, sobressaíam algumas individualidades. Entre elas, P. da Silva. Resgatando, para o MAC, materiais desditados; lançando mão dos seus conhecimentos pessoais na Casa Real e em pastas ministeriais, como as do Reino, Guerra e Obras Públicas, para coadjuvar projectos regionais; secundando posições exemplares de proprietários dispensando as suas terras para escavações arqueológicas; localizando, identificando e escavando sítios arqueológicos atribuíveis a uma baliza cronológica tão ampla quanto o Neolítico e o domínio romano na Península Ibérica, o carismático presidente da RAACAP inspirava decisões e modelava procederes. Nada que lhe contivesse animosidades, ao arrancar remanescências dos seus contextos originais. À semelhança, porém, da futura posição leitiana, tal ocorria na ausência de condições de conservação *in situ* ou *in loco*, esforçando-se por criar um "museu de sítio" naquela que acreditava ser a *Nabância clássica* que aspiraria glorificá-lo e ao país, colocando-o na rota informal de lugares paradigmáticos da imperialidade romana. O seu empenho ia, na verdade, mais além, a ponto de obter militares para vigiar a citânia de Sta. Luzia (Viana do Castelo) e ajudando a alinhar o museu que acolhia os artefactos ali exumados.

Comprova-se, por conseguinte, a concentração da maioria destas iniciativas na década de 70, acompanhando a própria idade de P. da Silva. Mas, a sua

energia parecia inesgotável, força de uma vontade intrínseca e inabalável de concretizar os seus planos que eram, em boa medida, os da própria RAACAP. No conjunto, lograram alcançar propósitos traçados de início. Seguindo tendências europeias, enveredou-se pelos estudos megalíticos, trocando correspondência assídua com renomes nacionais e internacionais. Enquanto isso, redirecionava-se olhares, quase em constância, para a presença romana no nosso actual território, a exemplo dos mosaicos conduzidos para o MAC, desde a região leiriense. Entretanto, a presidência acumulava capitais e valências para recuperar, em conjunto, embora ingloriamente, o gorado projecto da SAL, e P. da Silva escavava a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), atribuindo-a ao período romano.

A este seu entusiasmo e tenacidade, somava-se o de outros investigadores que concorreram, amplamente, para a afirmação, conquanto oficiosa à época, da ciência que cultivavam em Portugal. Referimo-nos a Estácio da Veiga (1828-1891), contratado pelo Governo para realizar a carta arqueológica do Algarve e aí reunir artefactos destinados a um museu. Decisão algo inesperada, sobretudo perante o alheamento, quase total, dos poderes centrais da relevância cultural, económica e política da arqueologia. Não tão inopinada, no entanto, se contextualizada num momento em que não mais se podia continuar a negar a sua relevância. Mormente, pelo impacte crescente que obtinha junto de entidades estrangeiras e perante o coro de vozes que não se afadigava de arremessar diatribes constantes, devidas mais à ausência de deliberações do que à inoperância nesta área. Facto, ao qual se acrescentava a proximidade de investigadores estrangeiros a estudos nacionais, a exemplo da eventual existência de produção cultural no Terciário, ocasionando debates sucessivos sobre o assunto e fundamentando a realização, em Lisboa, do 9.º CIAAP, coorganizado pela RAACAP, através de P. da Silva, num ano (1880) de particular efervescência nacionalista.

Bastante participado e veiculado, no *Ocidente*, após inauguração faustosa, na presença real, o 9.º CIAAP teve indicações precisas para afastar hipotéti-

cas manifestações religiosas vislumbráveis em sítios paleolíticos. Assim se comprovava a ideologização da ciência em finais de Oitocentos, quantas vezes camuflando rivalidades nacionais. O debate científico foi enriquecido com visitas a museus e arqueossítios, especialmente preparados para o efeito. A experiência colhida valeu à jovem arqueologia portuguesa uma atenção que lhe permitiu ingressar em estreitas malhas de produção, circulação e recepção científica, reforçando intercâmbios (inter)nacionais.

4. CONTINUIDADE, REMODELAÇÃO OU CISÃO?

As esperanças depositadas no 9.º CIAAP enquanto catalisador do desenvolvimento da arqueologia em Portugal não foram cumpridas na totalidade. Em rigor, foram esmorecidas na sua parte essencial. O envolvimento das individualidades convidadas a integrar a organização da sessão em Lisboa evidenciava uma determinação autêntica de utilizar esta oportunidade para prestigiar o país e a arqueologia entre nós, apresentando comunicações resultantes de trabalhos desenvolvidos por vários nomes acerca de assuntos diferentes, mesmo que o interesse europeu se concentrasse no *Homem Terciário*, justificação do alheamento ostensivo à descoberta da Caverna de Altamira (1868, 1879).

Os organizadores não frustraram as expectativas. Ao contrário. Desde a aparatosa sessão inaugural, até às subseqüentes reuniões de trabalho intenso, em torno de assuntos como a expansão do Bronze, o difusionismo e a endogenia, passando pelas visitas cuidadosamente preparadas, além do preenchido programa social, lembrado amiúde por quem nele participou, tudo se conjugou para que o encontro fosse um sucesso. Em todas as dimensões. As entidades compreendidas na sua preparação não mediram esforços, pormenorizando os conteúdos das sessões em periódicos de maior circulação nacional e motivando populações locais a acolher, calorosamente, os membros do congresso. A própria RAACAP não foi alienada, concebendo um passe de livre acesso ao MAC para membros

estrangeiros do CIAAP, contendo fotografia do acervo exposto na capela-mor. Mais do que isso, descerrou placa evocativa do evento.

O êxito desta nona sessão sustentou, ainda mais, as primeiras expectativas quanto à ratificação, concludente, pelas entidades competentes, da arqueologia como ciência equiparável às demais, significando isso o seu ingresso nos programas universitários. Até porque, a arqueologia dispunha das exigências oficiosas para assim ser entendida, como há muito sucedia em academias estrangeiras. A começar por uma crescente comunidade que lhe era versada. Depois, pelos associativismos eruditos que a contemplavam. De seguida, por publicações, como a revista da RAACAP, que a tinham como objecto de estudo principal. Por fim, pelas análises resultantes de trabalho de campo, utilizando as mais recentes metodologias. Restava, por conseguinte, a sua admissão nas cátedras universitárias, integrando conteúdos dispersos em cursos livres ministrados, por exemplo, na própria RAAAP, ou em academias, com a das Ciências, onde decorrera o encontro magno do CIAAP. Na verdade, é provável que, sendo o local que, em Lisboa, melhor dignificava o país perante uma comunidade tão exigente, esta Academia fosse escolhida estrategicamente para que a arqueologia fosse assumida como ciência.

Encerrado, todavia, o 9.º CIAAP, Lisboa e o país retomaram o ritmo habitual, reencaixotando artefactos, presumidamente destinados a um museu algarvio, e desalentando quantos perspectivaram uma nova página para a arqueologia em Portugal. Não obstante, a atenção pública intensificava, o número dos seus cultores multiplicava e alguns municípios duplicavam atenções, ao interiorizarem o seu impacte identitário e económico. Do mais, parecia que nada sucedia. Nada ocorrendo, França apoiou a prospecção a terrenos ibéricos para sintetizar o conhecimento sobre a sua Pré-história. A excepção imediata residiria, não na ansiada institucionalização da arqueologia, mas no interesse governamental expresso, ao fim de decénios de clamores, pela salvaguarda monumental, tema, aliás, discutido no CIAAP. Com efeito, pouco depois de

concluídos os trabalhos, a RAACAP era contactada para elencar as estruturas antigas a merecer classificação como monumento nacional. Podia ser o início de um processo com larga experiência noutros recessos ocidentais, expectando-se que, também por isso, ele fosse acelerado entre nós. Nada mais ilusório. Não, da parte da RAACAP, que respondeu com uma prontidão imprevisível apenas para quem não acompanhava o seu labor. A resposta não se fez esperar, entregando, em escassos meses, um relatório circunstanciado, graças às informações fornecidas pela sua vasta e avisada rede de sócios-correspondentes. Documento sumamente importante para a própria História da Arqueologia, ao incorporar um último agrupamento dedicado, em exclusivo, a sítios arqueológicos.

Consequente deste relatório, o Governo instituiu a Comissão dos Monumentos Nacionais (CMN) (1881) composta de individualidades destacadas da nossa cultura e sociedade, desde estetas a literatos, passando por profissionais, como P. da Silva. Expressivamente, eram quase todos membros da RAACAP, a mesma que soubera reunir patrimonialistas inscrevendo os seus nomes em diferentes áreas do saber finissecular e influenciando pensamentos e acções. Autenticava-se, pois, de modo inevitável e público, o trabalho aduzido pela RAACAP, na ausência de organismo estatal que lhe fosse vocacionado. Mas, depressa se percebeu tratar-se de uma miragem, face ao ideal traçado pela RAACAP e apoiado por outros intelectuais portugueses. Levantou-se, é certo, gráfica e graciosamente, e num curto espaço de tempo, monumentos (entendidos) chave da História de Portugal. Mas, este primeiro exercício, executado em 1884, foi publicado apenas 10 anos depois. Que significado atribuir a este abismo temporal? Possivelmente, a inexistência de uma vontade intrínseca de conduzir uma política coerente nesta matéria, ao não lhe divisarem proveitos para as suas agendas, pressentindo-lhe, ao contrário, acesas celeumas geradas pelas contradições entre utilidade pública e propriedade privada, esta última com larga expressão parlamentar. Constituíam-se, por conseguinte, uma Comissão re-

clamada por muitos, destituída, porém, dos meios humanos e materiais basilares à observância da sua missão. Independentemente disso, o caminho estava aberto, havendo que refazê-lo e melhorá-lo. Mas, o mais importante neste caso, é atestar coincidências de protagonistas, procedimentos, remodelações internas e lugares de reunião, entre RAACAP e CMN.

Se a transição para a década de 80 reabriu confianças, os primeiros anos deste decénio desalentaram os mais optimistas quanto à arqueologia. Desde logo, pelo desaparecimento (1882) do pioneiro da investigação pré-histórica e fomentador da existência humana no Terciário, Carlos Ribeiro (1813-1882), deixando órfãos seus admiradores e um vazio geracional, quase completo, neste domínio. Depois, por toda a indignação provocada pelas reclamações externas sobre domínios ultramarinos portugueses, mormente africanos (= Conferência de Berlim, 1884-1885), culminando no ressentimento contra o Império Britânico (= *Ultimatum* inglês, 1890), num ambiente agravado pela desilusão transcrita pelos *Vencidos da Vida*, perante o falhanço da modernização do país.

Em suma, o anseio de que a institucionalização da arqueologia pelo organismo correspondente (a Universidade) sobreviesse, desfez-se, ainda que Coimbra a contemplasse, parcialmente, na cadeira de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-histórica (1885). Houve, por isso, que continuar demandas, prospectando, escavando, editando, comunicando e organizando cursos livres, divulgando conhecimentos de pré-história e arqueologia, com vista a obter outros públicos e novos adeptos. Frustrados, mas não entregues, os investigadores prosseguiram, criando e coadjuvando agremiações escrutinadoras do passado, qualquer que fosse a categoria, tipologia, geografia e cronologia das suas materialidades, talhando projectos, mais ou menos duradouros. Semeando ideias, permitiram frutificar algumas para contraditar o fenecimento de outras, na maioria das vezes por indiferença política erguida sobre uma profunda ignorância dos seus valimentos, especialmente turísticos. Era,

sem dúvida, um longo caminho a percorrer repleto de obstáculos, entre os quais avultava a apatia local (quase) endémica e cacequista, mesmo quando a centralidade lisboeta despertava, paulatinamente, para a emergência da salvaguarda monumental (e, também, móvel), envolvendo a arqueológica.

Obstar a tão incómodo *status quo* passava, como sempre, pela iniciativa individual. Com efeito, continuava a ser a esfera privada a garantir a circulação de saber e saber-fazer em arqueologia. A estes esforços, acresciam os de quem, na interioridade do país, agitava autoridades para a insistência do estudo do pretérito mais remoto, pugnando pela formação de núcleos museológicos com colecções arqueológicas e alertando para a premência do resgate de memórias arrancadas à poeira do tempo. Por isso, também, a RAACAP, por mão de P. da Silva, organizou, na sua sede, o 1.º Curso Elementar de Arqueologia (1885), cujo sucesso instou a uma segunda edição (1887), premiando os melhores alunos. Enquanto isso, o acervo do MAC engrandecia, comprovando a confiança depositada nos seus dirigentes, antes de ser medalhada, com prata, na Exposição Universal de Barcelona (1888).

Apesar do maior pendor conferido, nos últimos anos, ao exercício arqueológico, a RAACAP não desprendia do espírito que a movera nos primórdios, abrindo concursos, com atribuição de medalhas, para memórias descritivas de arquitectura em Portugal, ao mesmo tempo que promovia um dicionário de termos arquitectónicos, assim como estudos comparatistas de monumentos megalíticos do actual território português e de outras regiões, em especial Espanha, para determinar origens e precedências. Tudo isto, sem deixar de propor uma comissão de arquitectos e arqueólogos para mapear, com sinais convencionais, o local, a quantidade e a relevância dos monumentos identificados em Portugal.

Em 1889, falecia um dos mais atentos protectores da RAACAP, o rei D. Luís. Sucedeu-lhe D. Carlos (1863-1908), suficientemente entrosado nas suas actividades para continuar o apoio paterno. A provecta, porém, idade do presidente, P. da Silva, obrigou

a intermitir reuniões, prosseguindo, embora, iniciativas de divulgação patrimonial não diminuídas com a criação do Museu Etnográfico Português (1893). Neste entretanto, principiava-se, em diferentes localidades, um movimento mais veemente, porém, maioritariamente desditoso, favorável ao resgate patrimonial, fosse ele imóvel, móvel, histórico, artístico ou arqueológico. Inconformados com a letargia obstinada das nossas regionalidades, uniram esforços e criaram sociedades, lançaram revistas, agitaram consciências, obtiveram apoios logísticos e financeiros e lograram obter espaços musealizáveis. Quase tudo, no entanto, de um fôlego e num sopro, confirmando a ideia de que o país dispensava a arqueologia, porque a arqueologia não servia as suas agendas pessoais e colectivas, razão primeira e última do desdém político, da ignorância popular e do afastamento intelectual, destituído de recursos e fatigado com a inutilidade dos seus arautos.

A segunda metade dos anos 90 revestiu-se da maior importância para a RAACAP. Primeiro, pela morte do seu principal mentor, P. da Silva. Logo, pela imperiosidade de renovar o MAC com novo entaipamento das capelas absidais. Por fim, mas não menos relevante, pela presidência, conquanto curta, do Conde de S. Januário (1829-1901), a quem a instituição deveu o franquear do seu terceiro momento existencial, pautado por uma nova forma de se olhar e de olhar os outros. Primou, no entanto, por remodelar na continuidade para evitar cisões e, com elas, o desabar do projecto de 1863. Por isso, também, manteve as suas duas imagéticas agregadoras: a arquitectura e a arqueologia, protagonizadas por monumento megalítico, machado proto-histórico e templo clássico, centralizados por deusa e circundados pelo Euroboro. Mas, esta é uma outra História, apesar da consciência firme de que, se muito se produziu e se muito se errou,

Depois da propaganda encetada pelo sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva [...], os estudos archeologicos tem-se desenvolvido, e como consequencia tem sido chamada a attenção de muita gente para as investigações archeologicas, o exame e a conservação dos monumentos e dos objectos que pertenceram aos nossos antepassados, que nos vem dos tempos decorridos

(Camara Manoel, 1897: 61. Nossos itálicos)

Lisboa, Verão de 2013

BREVES REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMAÇA, Carlos (1999) – *O Darwinismo na Universidade portuguesa (1865-1890)*. Lisboa: Museu Bocage.

ALMAÇA, Carlos (2002) – Darwinism in Portugal: teaching, research and dissemination following the republican university reforms (1911). In PUIG-SAMPER, Miguel Ángel; RUIZ, Rosaura; Galera, Andrés, eds – *Evolucionismo y cultura. Darwinismo en Europa e Iberoamérica*. Madrid: Doce Calles.

ANTUNES, M. T. (1986) – Sobre a história da Paleontologia em Portugal. *História de Desenvolvimento da Ciência em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 2: 773-812.

AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004) – El nacimiento de la Arqueología científica en España. *Pioneros de la Arqueología en España. Del Siglo XVI a 1912*. Alcalá de Henares: Municipio de Alcalá de Henares.

CAMARA MANOEL, C. da (1897) – A archeologia em Evora. Cursos escolares. – Monumentos nacionais. *O Archeologo Português*. vol. III, n.ºs 1-2. Lisboa.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2002) – *Historia de la Arqueología. Estudios*. Madrid: Ediciones Clásicas.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2007) – *A World History of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: Oxford University Press.

FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-Madan*. Almada. Série II, 8: 86-108.

GONÇALVES, V. S. (1978) - A emergência da Pré-História como disciplina independente (1800-1847). *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. Série IV, 2: 335-364.

GONÇALVES, V. S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da "crónica" de Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

- GRAN-AYMERICH, È. (1998) – *Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945*. Paris: CNRS.
- LEMOS, Francisco Sande (1987) – As Três Idades da Arqueologia Portuguesa. *Forum*. 2, Braga: 5-12.
- LEMOS, Francisco Sande (1989) – Arqueologia Portuguesa: Aspectos Históricos e Institucionais. *Forum*. 5, Braga: 91-110.
- LUZ, L. B. da (2002) – A etnologia e a questão das identidades nacionais. In CALAFATE, Pedro, ed. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 4 (1): 389-432, Lisboa.
- MARTINS, Ana Cristina (1999) – O Museu Arqueológico do Carmo e a Descentralização Cultural no Século XIX. *O Arqueólogo Português*. 4 (17): 559-595.
- MARTINS, Ana Cristina (2001a) – Estudos Pré-históricos e Nacionalismo: uma Perspectiva Possidoniana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4 (1). Lisboa: IPA: 61-93.
- MARTINS, Ana Cristina (2001b) – O 1.º Curso Elementar de Arqueologia (Lisboa, 1885). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 55: 78-117.
- MARTINS, Ana Cristina (2003a) – Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) – 1.ª parte. *Património. Estudos*. 5. IPPAR: 31-50.
- MARTINS, Ana Cristina (2003b) – Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória, *Um percurso na arqueologia de oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, Ana Cristina (2004) – Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) 2.ª e última parte. *Património. Estudos*. 5. IPPAR: 109-125
- MARTINS, Ana Cristina (2005a) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans)formação. 1863-1963*. Texto policopiado Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Ana Cristina (2005b) – “Museu Arqueológico do Carmo: a Consagração da Memória”. In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela, eds. – *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: AAP: 40-93.
- MARTINS, Ana Cristina (2008a) – «A Oeste nada de novo»? *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 15: 233-291.
- MARTINS, Ana Cristina (2008b) – Nineteenth-Century Protohistory at the Portuguese Association of Archaeologists: Francisco Martins Sarmiento (1833-1899) and national identity. In SCHLANGER N.; NORDBLADH, J., eds. – *Archives, Ancestors, Practices. Archaeology in the Light of its History*. Oxford: 287-303,
- MARTINS, Ana Cristina (2009a) – J. Possidónio N da Silva (1802-1896): The Quest for Portuguese Roots. In SEBIRE, Heather Sebire, ed. – *Pursuits and Joys: Great Victorian Antiquarians and intellectuals. The Lukis family of Guernsey and their Contemporaries*. Cambridge: Cambridge Scholars: 163-174.
- MARTINS, Ana Cristina (2009b) – Nineteenth-century Portuguese at the megaliths. In Midgley, M., ed. – *Antiquarians at the megaliths. BAR international series*. 1956. Oxford. Archaeopress: 45-50.
- MARTINS, Ana Cristina (2009) – O Megalitismo no discurso arqueológico português. Entre o Liberalismo e o Estado Novo: uma primeira e sumária mirada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17: 607-616.
- PESSOA, Fernando (2010) – *Quando fui Outro*. Carnaxide: Editora Objectiva.
- TRIGGER, Bruce G. (1992) – *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2013

www.arqueologos.pt